



CT-CIR-SENGE-PR Nº 03/2020

Curitiba, 05 de outubro de 2020

Vossa Excelência, senhor (a) deputado(a) federal,

CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA E ADOÇÃO DO IMPOSTO PROGRESSIVO

O Brasil passa por uma crise financeira e social resultante do baixo crescimento econômico e da perda de emprego e renda da população brasileira nos últimos anos. Perda essa ampliada com a pandemia de Covid-19, que suspendeu contratos, reduziu jornadas e vencimentos e aumentou o desemprego.

Algumas políticas adotadas pelo Governo Federal como incentivo fiscais, adiamento do pagamento de impostos para empresas e o auxílio emergencial de R\$ 600 serviram para atenuar o momento difícil pelo qual passa o país.

Por outro lado, outras medidas importantes para aquecer a economia, recompor a renda dos brasileiros e gerar empregos ainda carecem de atitudes mais efetivas. O Governo Federal planeja aprovar o Renda Cidadã, realocando recursos do Fundeb e do pagamento dos precatórios. Essa opção econômica/política é alvo de críticas por retirar recursos destinados ao mais pobres e estimular o “calote do calote”.

Para o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), o governo brasileiro, seja o Executivo, ou o Legislativo, pode adotar outras medidas eficientes para colocar dinheiro na mão da população e fazer a economia crescer. Uma delas é a revisão da tabela do Imposto de Renda, uma das promessas eleitorais da equipe econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente Jair Bolsonaro.

Na eleição, o então candidato Jair Bolsonaro se comprometeu a elevar a taxa de isenção de R\$ 1903 para R\$ 3 mil. Isso colocaria mais recursos no bolso da grande maioria da população brasileira, reativando a economia. No entanto, a famosa “canetada” do presidente ainda não aconteceu.

Além de não promover a isenção, o presidente aumentou a carga tributária ao não corrigir a tabela do Imposto de Renda. No começo deste ano, portanto, antes da pandemia, se o reajuste de 7,39% fosse realizado, [seriam injetados na economia R\\$ 13,5 bilhões](#). Isso apenas contabilizando o reajuste do atual governo.





De acordo com o Sindifisco Nacional, a defasagem histórica de 103,87% da Tabela do IRPF é um dos problemas graves que se enfrentados podem gerar renda aos brasileiros. Em uma conjuntura em que o Governo Federal ensaia promover uma Reforma Tributária, é fundamental colocar esse item na centralidade da pauta política.

Aliado a isso, o Estado, novamente por meio do Executivo e do Legislativo, deve corrigir distorções e privilégios tributários que achatam o bolso da classe média e da população mais pobre enquanto aumenta a riqueza dos mais ricos.

O Senge-PR concorda com Kleber Cabral, Auditor-Fiscal da Receita Federal e presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), [quando ele diz que “o sistema tributário brasileiro é pródigo em produzir injustiças de um lado e benesses de outro, quase sempre cobertas por uma grossa camada de complexidade”](#).

Portanto, esta entidade, à luz de contribuir para o debate e para a saída da crise financeira que o país se encontra, conclama que vossa senhoria promova a discussão sobre a correção da tabela do Imposto de Renda, uma vez que o contribuinte de menor poder aquisitivo paga a cada dia mais impostos por conta da inflação e por impostos atrelados ao consumo, e ainda entende que qualquer Reforma Tributária passa por tributação progressiva incidindo, principalmente, naqueles que têm mais renda, com foco em reduzir a desigualdade social e colocar o país acima de qualquer interesse isolado ou de pequenos grupos econômicos.

Atenciosamente,

Leandro José Grassmann

Diretor-Presidente

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ – SENGE/PR